

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 1.002 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 1999

Plenário deve votar 20 matérias antes do recesso parlamentar

A transferência para a Susep das atribuições do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e a criação das câmaras intersindicais de conciliação estão entre as propostas que serão apreciadas nesta semana pelos senadores



O plenário deve votar nesta semana, a última antes do início do recesso parlamentar, 20 matérias. Uma delas é o projeto do Executivo que transfere para a Superintendência de Seguros Privados (Susep) as atribuições do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

Os senadores também apreciarão a criação das câmaras intersindicais de conciliação; empréstimo que permitirá federalizar o Banco do Estado de Santa Catarina; e textos que formalizam a adesão do país às diretrizes da OIT contra a exploração do trabalho infantil.

PÁGINA 3

O Senado também apreciará nos próximos dias textos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra a exploração do trabalho infantil

COMISSÃO DE ORÇAMENTO VAI EXAMINAR DEZ RELATÓRIOS SETORIAIS

Em reunião marcada para as 10 horas de amanhã, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apreciará os dez relatórios setoriais do projeto de lei orçamentária para o ano que vem.

PÁGINA 2



Para facilitar a avaliação da proposta do governo, os membros da Comissão Mista de Orçamento a dividiram em dez áreas temáticas

CAS VOTA PROJETO QUE
INSTITUI METAS PARA A
ERRADICAÇÃO DA POBREZA

PÁGINA 2

CAE ANALISA PEDIDO DE
EMPRÉSTIMO DO
GOVERNO DO CEARÁ

PÁGINA 2

CE PODE DAR O NOME
DE PETRÔNIO PORTELLA
A AEROPORTO NO PIAUÍ

PÁGINA 2

Comissão aprecia relatórios setoriais da lei orçamentária

O primeiro parecer a ser analisado pela Comissão de Orçamento refere-se aos Poderes do Estado e Representação

Os dez relatórios setoriais da lei orçamentária serão apreciados amanhã pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em reunião com início previsto para as 10 horas.

A análise do projeto de lei com a previsão dos gastos e das receitas do governo para o ano que vem foi dividida em dez áreas temáticas e os pareceres elaborados acerca de cada uma delas irão compor o relatório final da comissão.

O primeiro item a ser apreciado pela comissão, que é presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), refere-se ao orçamento dos Poderes do Estado e Representação, relatado pelo deputado Wilson Braga. O segundo é o de Justiça e Defesa, de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Os outros itens são: Fazenda e Desenvolvimento, relatado pelo deputado Freire Júnior; Agricultura e Política Fundiária, do deputado Cleonânio Fonseca; Infra-Estrutura, do deputado José Priante; Educação, Cultura,



A comissão, presidida por Gilberto Mestrinho, examinará dez relatórios

Ciência e Tecnologia, relatado pelo deputado João Fassarella; Saúde, do deputado Pedro Henry; Previdência e Assistência Social, do senador Wellington Roberto (PMDB-PB); Integração Nacional, Meio Ambiente, Desporto e Turismo, do deputado José Lourenço; e Planejamento e Desenvolvimento Urbano, do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).

Linha de pobreza e ampliação do uso do FGTS na pauta da CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se amanhã, após a Ordem do Dia, para apreciar, entre outras matérias, projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o governo federal deverá definir metas, ao longo do tempo, para a erradicação progressiva da pobreza e diminuição de desigualdades socioeconômicas. A comissão concedeu vista da matéria na reunião do último dia 30 aos senadores Sérgio Machado (PSDB-CE), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Emilia Fernandes (PDT-RS).

Presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), a CAS analisa também projeto que permite a utilização do FGTS na compra de casa própria em qualquer sistema de financiamento

habitacional. Outra proposta a ser votada na comissão trata da apuração de falta grave para efeito de dispensa do empregado sindicalizado.

A comissão vota ainda quatro propostas na área previdenciária. A primeira autoriza as instituições educativas sem fins lucrativos a deduzirem da contribuição à Previdência Social o valor das bolsas concedidas a pessoas carentes; a segunda exclui do salário-de-contribuição para a Previdência os valores recebidos a título de salário-maternidade e salário-educação; a terceira dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência, estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma, e a última trata de benefício à pessoa idosa ou portadora de deficiência.

CAE avalia empréstimo para Ceará

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, após a Ordem do Dia, para analisar pedido de empréstimo do estado do Ceará ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 136 milhões. A matéria tem parecer favorável do senador Luiz Otávio (PPB-PA), e os recursos se destinam à implementação do Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do estado.

Freitas Neto: parecer favorável à mudança do nome



Petrônio Portella pode dar nome a aeroporto

Projeto que dá o nome do ex-senador Petrônio Portella ao aeroporto de Teresina (PI) está na pauta da reunião que a Comissão de Educação realiza hoje, às 16h30. De autoria do deputado Heráclito Fortes (PFL-PI), a matéria tem parecer favorável do senador Freitas Neto (PFL-PI), que preside a comissão.

Além dessa matéria, a comissão vota projeto do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que denomina "Governador Edmundo Pinto" trecho da rodovia BR-364. Também aprecia proposta do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que dá o nome de "Rodovia Governador Hélio Campos" a trecho da BR-174.

A comissão também delibera sobre a renovação de concessões e permissões em benefício de 11 emissoras.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 13 DEZEMBRO DE 1999

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PDL nº 294/99, que aprova concessão ao Sistema Associado de Comunicação Ltda. para serviço de radiodifusão de sons e imagens em Recife (PE); *PLC nº 50/99, altera e acrescenta artigos à CLT, dispõe sobre comissões de Conciliação Prévia e permite a execução de título executivo extrajudicial na Justiça do Trabalho; *PLS nº 154/99, que dispõe sobre a criação de câmaras intersindicais de conciliação; *PLS nº 208/99, que institui a Comissão Paritária de Conciliação; *PR nº 117/99, que concede autorização aos estados e ao Distrito Federal para contratar operação de crédito junto ao governo federal referente à antecipação de recursos das transferências de que trata a Lei Complementar nº 87/96; *PDL nº 273/99, que aprova os textos da Convenção 182 e da Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação; *PDL nº 258/99, que aprova concessão ao Sistema Goiano de Telecomunicações Ltda. para serviço de radiodifusão de sons e imagens em Palmas (TO); e *PDL nº 227/99, que aprova permissão à Fundação Ruy Baromeu para serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em São Mateus (ES).

COMISSÃO

Após a Ordem do Dia — Comissão de Educação

Pauta: entre outros, *PLC nº 61/99, que dá ao Aeroporto de Teresina a denominação de Aeroporto de Teresina/Senador Petrônio Portella; *PLS nº 360/99, que denomina "Governador Edmundo Pinto" trecho da rodovia BR-364. e *PLS nº 22/99, que denomina "Rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174.

Após a Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *Ofício "S" nº 65/99 — Manifestação do Banco Central acerca do pedido do estado do Ceará para operação de crédito junto ao Bird, no valor de US\$ 136 milhões, equivalentes a R\$ 261,4 milhões, destinados ao Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Ceará (Progerih). Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 56/99, que dispõe sobre a transferência de atribuições da IRB-Brasil Resseguros S.A. para a Superintendência de Seguros Privados (Susep); *Parecer nº 1.094/99, sobre a Mensagem nº 223/99, que submete o nome de Flávio Flores da Cunha Bierenbach para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; *Mensagem nº 233/99, que submete o nome de José Israel Vargas para o cargo de chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura; *PDL nº 272/99, que aprova o acordo de sede entre o governo do Brasil e a Associação dos Países Produtores de Estanho; *PDL nº 274/99, que aprova os textos da Convenção 138 e da Recomendação 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego; *PLS nº 464/99-Complementar, dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 91/97, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios; *PR nº 131/99, que autoriza o estado de Santa Catarina a contratar operação de crédito, com a intervenção do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., sua coligada e controladas, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, no valor de R\$ 2,1 bilhões; *PR nº 132/99, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor de GBP 8,2 milhões, de principal, entre o Brasil e o HSBC Investment Bank plc, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; *PR nº 129/99, altera o inciso VI da Resolução do Senado Federal nº 58/99, que autorizou o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 44 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird); e terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 6/99, que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 57/97, acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos; e *PLS nº 161/99, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação dos relatórios setoriais do PL nº 020/99-CN (Orçamento/2000); *Relatórios dos projetos de lei nºs: 042, 045, 047, 048, 049, 050, 055, 057, 058, 064, 066, 074, 076, 080, 083 e 084/99-CN; *Relatório referente à BR-393/116/RJ-Corredor Rodoviário de Volta Redonda; *Emenda de plenário apresentada ao PDL nº 372/97 (contas do governo federal referentes a 1993); *Ampliação do Terminal de Contêineres Margem Esquerda do Porto de Santos, da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp); e *Requerimento nº 011/99, do deputado Virgílio Guimarães.

Após a Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros, *PLS nº 66/99, que institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o governo federal deverá definir metas ao longo do tempo de progressiva erradicação da pobreza e diminuição de desigualdades socioeconômicas; *PLS nº 92/99, altera a Lei nº 9.068/98, que dispõe sobre o trabalho voluntário; *PLS nº 347/99, exclui do salário-de-contribuição para a Previdência Social os valores recebidos a título de salário-maternidade e salário-educação; e *PLS nº 586/99, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado vota normas sobre resseguros

Projeto enviado pelo Poder Executivo, que será apreciado amanhã em plenário, procura garantir eficácia do Estado na fiscalização do setor, após a privatização do IRB

Nas últimas sessões antes do encerramento do ano legislativo, o Senado vota hoje, amanhã e quarta-feira um total de 20 matérias, entre elas projeto originário do Executivo que transfere as atribuições do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) para a Superintendência de Seguros Privados (Susep). Em sua exposição de motivos, o governo diz que o objetivo é garantir a eficácia da atuação do Estado na fiscalização das resseguradoras após a desestatização do IRB.

Além da transferência de atribuições, a proposta fixa competência para o Conselho Nacional de Seguros Privados formular diretrizes na atividade de resseguro, levando em conta os princípios



Edison Lobão apresentou parecer favorável

gerais da economia. A iniciativa determina que dados, informações e demais registros do IRB serão fornecidos à Susep. Determina também que o não-cumprimento das normas de corretagem de resseguros implicará várias penalidades. O projeto, que será votado amanhã, tem parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA), aprovado pela Comissão de

Assuntos Econômicos.

No mesmo dia, o plenário vota projeto de resolução autorizando o estado de Santa Catarina a contratar empréstimo de até R\$ 2,1 bilhões para a federalização e saneamento do Banco do Estado (Besc). Pelo texto aprovado na CAE, R\$ 428 milhões serão destinados

ao programa de demissão incentivada, enquanto o passivo atuarial do fundo de pensão dos servidores do banco receberá R\$ 250 milhões.

Com parecer favorável do senador José Alencar (PMDB-MG) aprovado pela CAE, será apreciado amanhã projeto de resolução que autoriza o governo a contratar operação de crédito externo, no valor de 8,2 milhões de libras esterlinas, junto ao banco HSBC. Os recursos serão empregados no financiamento de 85% dos equipamentos de laboratórios de pesquisa e material multidisciplinar em hospitais universitários.

Os senadores votam hoje os textos da Convenção 182 e da Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e sobre a Ação Imediata para sua Eliminação.

Relatados pelo senador Carlos Wilson (PPS-PE), os textos já foram aprovados pela Comissão de Relações Exteriores.

Também prevista para hoje está a votação de projeto do governo sobre a criação de câmaras intersindicais de conciliação. A proposta institui a Comissão Paritária de Conciliação, que terá a atribuição de harmonizar os interesses envolvidos nos dissídios individuais do trabalho. A matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com parecer do senador Moreira Mendes (PFL-RO).

Ainda hoje, deverá ser votado projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que obriga o governo federal a devolver R\$ 800 milhões aos cofres estaduais, como forma de compensar as perdas decorrentes da isenção do ICMS nas operações de exportação.

Quintanilha pede revisão de MP sobre desmatamento

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) defendeu na sexta-feira a revisão da Medida Provisória 1.885, que proíbe o incremento da conversão de áreas de florestas e cerrado na região Norte em novos projetos agropecuários. O senador pediu que o governo tenha mais atenção ao homem.

Segundo Quintanilha, não é possível deixar as pessoas morrerem de fome para preservar a paisagem. "O Brasil precisa enfrentar com coragem as correntes contrárias ao desenvolvimento sustentado. São gente de outros países que, na época de seu desenvolvimento, dizimaram tudo. É claro que precisamos preservar a natureza, mas sem deixar de levar em consideração os 17 milhões de habitantes da região Norte", afirmou.

Na avaliação do senador pelo Tocantins, a

permissão de utilização das áreas de cerrado para atividades agro-pastoris iria, indiretamente, preservar as florestas. "Além disso, somente 50% dessas áreas de cerrado são aproveitáveis. O restante é formado por áreas pedregosas, arenosas e pantanosas."

Ele citou estatísticas sobre o estado de Roraima, mostrando que quase 72% de sua área são formados por unidades de conservação ou demarcação de áreas indígenas. "Somente cerca de um décimo da área é ocupada por propriedades rurais. Mesmo assim, cerca de metade precisa ser preservada por ser área de floresta ou cerrado. No final, menos de 5% das terras de Roraima podem ser aproveitadas em projetos de desenvolvimento", sustentou.

Em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou que o Brasil não pode manter eternamente esse limite de produção de 80 milhões de toneladas de grãos. "Há dez anos esses números são apresentados como safra recorde. Urge aumentar a área de plantio." Também em aparte, o senador Bello Parga (PFL-MA) lembrou a pressão dos índices demográficos dos países em desenvolvimento, o que resulta em um aumento da necessidade de alimentos.



Quintanilha quer ênfase a desenvolvimento

Presidente da Funai é "arrogante", diz Moreira Mendes

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) protestou na sexta-feira contra a atitude do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Carlos Marés, de não receber parlamentares em seu gabinete. "Ele é arrogante e pretensioso, não recebe senadores e deputados em audiências, sequer atende a telefonemas", criticou.

Moreira Mendes desejava alertar Marés para a situação de tensão entre os índios de Rondônia que ameaçam incendiar o prédio da Funai, em Porto Velho, caso o ex-administrador, Osny Ferreira, não seja readmitido.



Moreira alertou para tensão em Rondônia

O senador afirmou que vem acompanhando os acontecimentos com preocupação. "Procurei relatar o fato ao presidente Marés, mas não consegui. Ele deve se considerar o 'Imperador da Nação Indígena' e não me recebeu. Isso é um descaso, uma desconsideração que não aceito", lamentou.

Ele lembrou que Marés foi indicado pelo ISA (Instituto Sócio Ambiental), uma organização não-governamental de Brasília cujo presidente é Márcio Santilli, ex-presidente da Funai que, segundo o senador, foi expulso pelos índios, a tapas, há tempos atrás. "Se ele não tomar cuidado, em breve os índios também o estarão colocando fora do cargo a tapas. Quanto à sede da Funai em Rondônia, que ele tome as providências requeridas, antes que ela venha a arder em chamas", concluiu.

Álvaro Dias vê ilegalidade em licitação de satélite

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) disse na sexta-feira que não está convencido da legalidade da licitação feita pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que habilitou a empresa espanhola Hispasat para explorar serviços de sinais em satélite brasileiro. "Trata-se de uma ilegalidade", garantiu o senador, para quem a entrada de uma firma estrangeira na área de comunicações fere todas as leis do país.

A posição de Álvaro foi reforçada depois que ele recebeu do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, garantia de que a Hispasat cumpriu todas as exigências legais. Segundo o senador, o ministro pecou quando deixou de informar que a outorga para exploração de satélite brasileiro, a exemplo da pres-

tação de serviços de telecomunicações no país, só é conferida a empresa brasileira, conforme determina a lei.

— Houve má fé por parte da comissão especial de licitação da Anatel? — indagou Álvaro, depois de comentar as respostas do ministro a um requerimento de informação de sua autoria. Ele salientou que os sócios da Hispasat com mais de 5% de participação são todos estrangeiros e, portanto, a empresa não poderia ser admitida como proponente isolada na licitação.

Álvaro lembrou que a falha foi apontada desde a primeira impugnação oferecida pela Teleglobal, mas, mesmo as-



Álvaro discorda de habilitação da Hispasat

sim, a Anatel ignorou os argumentos. "O que ocorreu? Incompetência ou prevaricação?", questionou.

O crescimento "avassalador" da dívida pública brasileira, especialmente a do Paraná, também foi tema do discurso do senador. Ele lembrou que o Congresso Nacional tem o dever de debater a questão do endividamento público brasileiro. Esse debate, segundo ele, poderá ser intensificado assim que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, encaminhar ao Senado um detalhamento completo a respeito das causas do crescimento da dívida, atendendo a requerimento de sua autoria.

Cabral propõe debate sobre Sítios Ecológicos

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) propôs na sexta-feira um debate sobre o programa Sítios Ecológicos, desenvolvido pelo Banco da Terra — Empreendimentos Imobiliários e Negócios Ecológicos Ltda. Baseado na proteção e conservação de terrenos com área mínima de cinco mil metros quadrados denominados "células ecológicas", o programa teria como objetivo explorar frações de terra dentro do princípio do desenvolvimento sustentável e segundo as potencialidades econômicas de cada local.

Cabral sugeriu ainda ao Senado que, juntamente com diferentes segmentos da sociedade, faça uma análise do Protocolo de Kyoto, que fixou metas para a redução da emissão de gases, visando à formulação de uma política brasileira sobre o aquecimento global. Ele abordou o tema a propósito das discussões que se travam em nível mundial sobre os limites à emissão de gases como forma de evitar o aqueci-



Bernardo Cabral quer análise do Protocolo de Kyoto

mento global. Já foram realizadas diversas conferências (em Berlim, Genebra, Kyoto e Buenos Aires) com o objetivo de implementar os princípios aprovados na Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima realizada em Nova York, em 1992.

Conforme o senador, a posição brasileira frente ao Protocolo de Kyoto é conceder prioridade a projetos nos setores de fontes renováveis de energia, eficiência e conservação de energia, reflorestamento e estabelecimento de novas florestas, redução de emissões, agropecuários e de aterros sanitários. Por tais critérios, estariam excluídos projetos destinados à conservação de florestas ou seu manejo sustentável, como o Sítios Ecológicos.

— O governo considera que, com respeito à proteção de florestas nativas, não há garantia de que essa proteção seja incapaz de impedir desmatamentos futuros — explicou Cabral.

O senador citou argumentos em favor da conservação — a preservação dos

mananciais hídricos, por exemplo —, mas observou que, do ponto de vista estrito da atmosfera, há opiniões de que conservar uma floresta não contribuiria para diminuir o efeito estufa.

Cabral lembrou que a Costa Rica desenvolve um programa pelo qual são emitidos certificados ambientais que concedem a seus detentores créditos referentes à redução nas emissões de dióxido de carbono por um período de 20 anos. A oferta inicial dos títulos corresponde a um milhão de toneladas por um período de 20 anos, ou 50 mil toneladas por ano.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) apontou a Costa Rica como exemplo para o Brasil, já que naquele país o meio ambiente estaria sendo preservado sob uma ótica realista.

— Não podemos mais olhar a natureza guiados pelo mito da floresta intocável — disse Viana.

Também em aparte, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) elogiou a Costa Rica e disse que a Amazônia não pode "ser mantida como jardim botânico, mas também não deve se tornar terra devastada".

Tião Viana faz homenagem às Servas de Maria Reparadoras

O senador Tião Viana (PT-AC) homenageou, em discurso feito sexta-feira no plenário, as religiosas da Congregação das Servas de Maria Reparadoras, que comemoram o primeiro centenário de fundação da entidade. As irmãs, observou o senador, vieram da Itália, e prestam grandes serviços sociais em 70 comunidades espalhadas em países como Brasil, Portugal, Argentina, Costa do Marfim, Bolívia e Albânia, e brevemente estarão no Oriente.

Essas irmãs, segundo Tião Viana, chegaram à Amazônia em 1921. No Acre, elas atuam em hospitais, escolas e pastorais, “encorajando e animando o povo, contribuindo na distribuição de justiça social, defendendo a vida, os direitos humanos e o meio ambiente”. A Congregação das Servas de Maria atua em várias frentes, segundo o senador, praticando a evangelização e prestando múltiplos serviços nas áreas educativa, pastoral, sanitária e social.

— Na pessoa da provincial, irmã Beatriz, abraço fraternalmente todas as



A congregação mantém 70 comunidades no mundo, disse Tião Viana

irmãs da congregação espalhadas no mundo e, em especial, as presentes no estado do Acre — disse o senador.

Em aparte, Nabor Júnior (PMDB-AC) se juntou à homenagem, afirmando que as irmãs administram vários hospitais em Rio Branco (AC) e prestam relevantes serviços sociais “com competência e dedicação”. Edison Lobão (PFL-

MA) também elogiou o trabalho das religiosas, por levarem conforto, carinho e dedicação aos doentes que estão hospitalizados.

Romero Jucá (PSDB-RR) destacou a atuação da Congregação das Servas de Maria Reparadoras, particularmente no Acre, e todas as demais congregações religiosas que prestam serviços sociais e pastorais na Amazônia, destacando as ordens religiosas dedicadas às questões indígenas. Moreira Mendes (PFL-RO) foi outro que elogiou o trabalho da congregação em todo o mundo, elogiando ainda a atuação das irmãs Marcelinas, que ajudam um hospital para hansenianos em Rondônia.

Senador condena ação russa na Chechênia

Ao registrar os 51 anos da Declaração dos Direitos do Homem, Tião Viana protestou contra o ataque da Rússia à república separatista da Chechênia, observando que a agressão não respeita os ideais da Declaração.

Condenando a guerra entre os dois países, ele criticou principalmente a ameaça feita pela Rússia de que matará todo o povo chechênio, até mesmo as crianças, caso não abandonem o território.

Jucá propõe que candidatos façam exame antidrogas

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) anunciou sexta-feira que apresentará, nesta semana, projeto de lei que institui a realização de exame laboratorial conclusivo que determine se os candidatos a mandatos legislativos federais e estaduais, assim como aos cargos executivos de governador e prefeito, são ou não usuários de drogas.



Romero Jucá admite o caráter polêmico de sua proposta

A proposta, explicou, não proíbe a candidatura de usuários de drogas, mas assegura que os eleitores tenham mais essa informação sobre os postulantes a cargos públicos para tomarem a sua decisão de voto. O projeto, acrescentou, muda a Lei nº 1.504, que estabelece normas eleitorais. Mais especificamente, altera o artigo 11 da lei, incluindo o exame laboratorial

entre os documentos exigidos para o registro de candidaturas.

O senador Romero Jucá reconhece que sua idéia é polêmica mas diz que, nas investigações feitas pela CPI do Narcotráfico, infelizmente têm aparecido muitos parlamentares e integrantes do poder público envolvidos no tráfico de drogas e no crime organizado.

Ele também lamentou que a Assembléia Legislativa de Roraima ainda não tenha colocado na pauta de votações requerimento de deputado estadual pelo PPS solicitando a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito no estado para, à semelhança de outras já instaladas, trabalhar em articulação com a CPI do Narcotráfico da Câmara.

Suplicy elogia veto a armas de fogo em manifestações públicas

Proposta foi anunciada pelo ministro da Justiça depois de ação da PM do Distrito Federal ter resultado na morte de um manifestante

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou, em discurso na sexta-feira, a iniciativa do ministro da Justiça, José Carlos Dias, de apresentar projeto de lei que proíbe o porte de armas de fogo por policiais durante manifestações populares.

A decisão foi tomada a partir de incidente ocorrido no Distrito Federal entre a Polícia Militar

e funcionários do governo local que reivindicavam aumento de salário, conforme observou Suplicy. No incidente, um manifestante foi morto e 29 pessoas ficaram feridas.

No mesmo pronunciamento, Suplicy informou que o Partido dos Trabalhadores, durante seu II Encontro Nacional, realizado em Belo Horizonte no final de novembro, aprovou projeto de resolução de sua autoria definindo o apoio do PT ao direito de todos os brasileiros a uma “renda básica, uma renda de cidadania”.

— O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão. Mas pode ser um dos primeiros no século XXI a assegurar renda mínima e direito à escola a todos os seus cidadãos. O PT lutará para que todos tenham direito à renda de cidadania — afirmou.



Suplicy também falou da decisão do PT de exigir “uma renda de cidadania”

se resalta a necessidade de justiça social” e no Novo Testamento, na parábola contada por Jesus sobre o senhor da vinha que paga o mesmo valor a todos os trabalhadores.

Suplicy parabenizou o Senado por tornar disponível, na Internet, a íntegra dos discursos e apartes dos senadores, apenas um dia depois de proferidos. Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou tratar-se de uma importante iniciativa para a imagem do Senado, uma vez que permite ao público o acesso a informações sobre o trabalho diário dos senadores, “muitas vezes não reconhecido pela sociedade, por falta de oportunidade de acompanhá-lo”. Viana defendeu ainda que a TV Senado possa ser vista via TV aberta e não apenas por assinatura.

Parga cobra providências das autoridades contra massacres

O senador Bello Parga (PFL-MA) alertou para a necessidade de o governo “se conscientizar do mau caminho que significa não ter medidas de proteção à cidadania”. Ele se referiu aos inúmeros episódios de violência ocorridos no país nos últimos anos, como o massacre do Carandiru, Eldorado dos Carajás e a morte do jardineiro José Ferreira da Silva, funcionário da Novacap, na semana passada em Brasília.

Destacando que se tratava de um texto que refletia exatamente o que ele pensa a respeito dessa questão, Parga leu o artigo intitulado “Eles não sabem o que fazem”, de José Nêumanne, publicado no último dia 8 no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Nêumanne conclui que os massacres registrados recentemente, em vários estados brasileiros, não serviram para



Bello Parga associou o caso da Novacap aos massacres do Carandiru e Eldorado dos Carajás

alertar os dirigentes do país de que é necessária uma mudança de atitude, “sob pena de verem a autoridade escorrendo entre seus dedos como água por estupidez, ignorância e desespero”.

Simon defende mensagem de esperança para os miseráveis

O aniversário da Declaração dos Direitos do Homem levou o senador Pedro Simon (PMDB-RR) a propor que o Senado aprove uma declaração de intenções para o próximo milênio, com

novas idéias que transmitam esperança para milhões de pessoas que hoje têm fome e vivem na miséria.

Lembrando que o Congresso representa a sociedade brasileira, perguntou: “Será que nesses 20 dias que nos faltam (para o fim do ano) não poderíamos botar no papel uma proposta, ainda que seja apenas uma nova utopia?”.

Ele também fez um apelo para que cada um faça aquilo que estiver ao seu alcance para diminuir o sofrimento de pessoas, principalmente crianças, que passam fome e não têm acesso aos confortos da vida. “Será que cada um de nós tem feito aquilo que podia? Será que cada um não pode avançar um pouquinho mais? Não damos prioridade às coisas que são prioritárias. Eu devo confessar a minha parte: se as coisas vão mal é porque eu também fracassei”, afirmou Simon, para quem a situação vem se agravando nos últimos anos.

Na sua cidade, Caxias do Sul, narrou, há 40 anos praticamente não havia miséria ou desempregado, e existiam duas favelas onde ninguém passava fome. Hoje, continuou, a cidade tem mais de 50 mil favelados, com índices de criminalidade comparáveis aos do Rio e São Paulo e com pessoas morrendo de fome.

Simon criticou ainda a falta de ação do governo no combate à fome, e a utilização do argumento da falta de recursos para o corte de alimentos, como carne e macarrão, que fazem parte da cesta básica distribuída pelo governo. Em apartes, Bernardo Cabral (PFL-AM) e Leomar Quintanilha (PPB-TO) cumprimentaram Simon pela reflexão trazida ao plenário.



Simon: Senado deve uma carta de intenções para o novo milênio